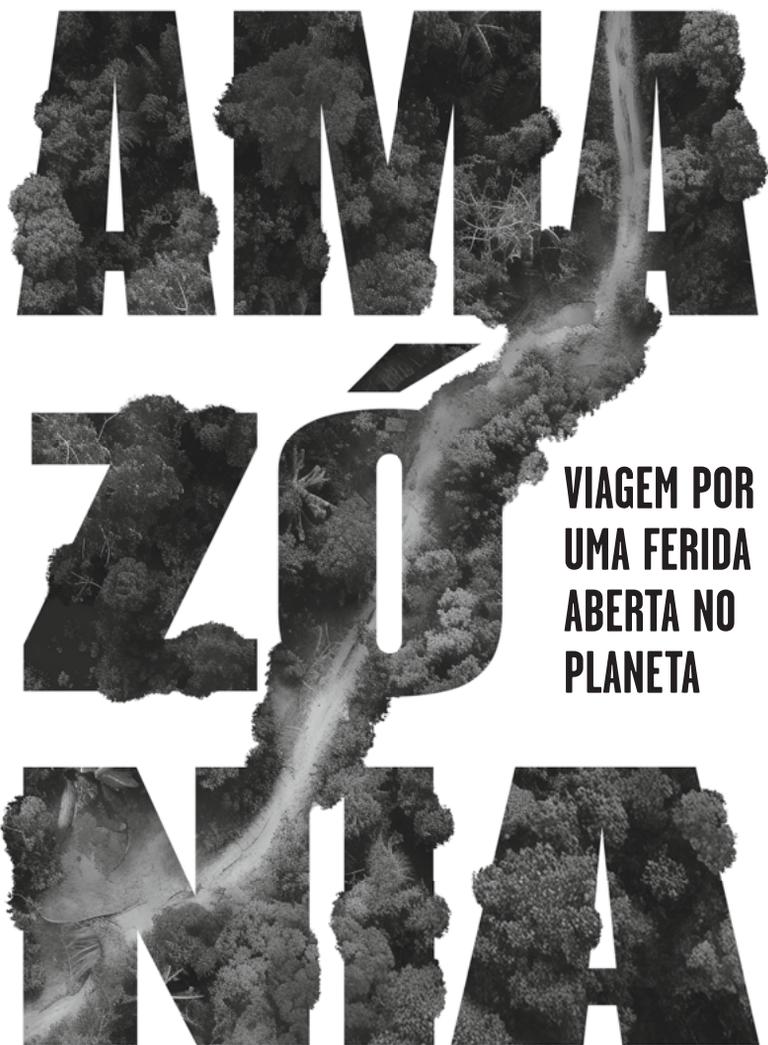
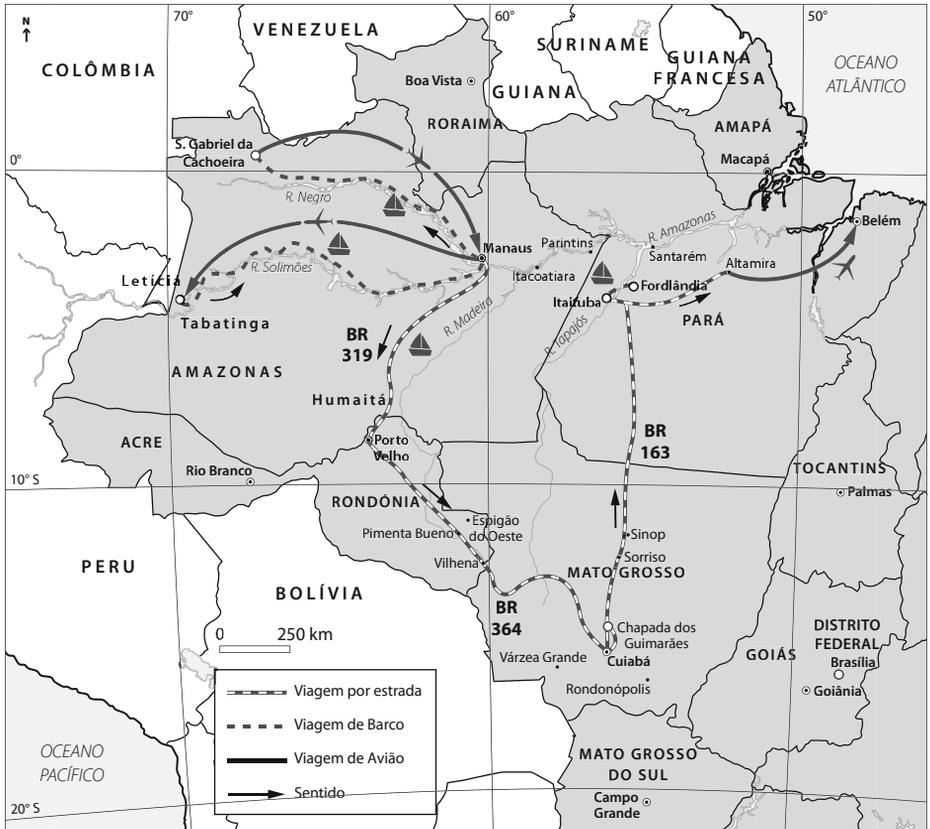


MANUEL CARVALHO



Ideias de Ler



Uma viagem entre a floresta tropical, o cerrado, a fronteira agrícola e a desolação

Prefácio

A Amazônia tem sido uma fonte de fascínio, mistério e mal-entendidos para o mundo, principalmente para os europeus. Durante séculos, foi romantizada como um deserto selvagem, um “inferno verde” ou um paraíso repleto de vida exótica. Essas narrativas, embora cativantes, muitas vezes obscurecem as realidades complexas dessa vasta e vital região. Este livro busca desmistificar a Amazônia, bioma onde vivem aproximadamente 33 milhões de pessoas, descascando as camadas do mito para revelar um lugar de profunda importância ecológica, riqueza cultural e desafios urgentes.

Para muitos, a Amazônia é uma terra distante, uma floresta distante que existe mais na imaginação do que na realidade. No entanto, é um ecossistema vivo que desempenha um papel crítico na regulação do clima da Terra, abrigando uma biodiversidade incomparável e sustentando os meios de subsistência de milhões de pessoas. O desmatamento, impulsionado pela extração ilegal de madeira, expansão agrícola e extração de recursos, continua a devastar a paisagem. A falta de compreensão sobre os intrincados ecossistemas da Amazônia e as culturas que a habitam agrava ainda mais esses problemas. Este livro visa preencher essa lacuna no conhecimento, oferecendo uma imagem mais clara das realidades da Amazônia e dos riscos envolvidos em sua preservação.

No centro dessa história estão as populações tradicionais da Amazônia – povos indígenas, comunidades ribeirinhas e quilombolas

(descendentes de comunidades quilombolas afro-brasileiras) que, juntos, somam perto de 2 milhões de pessoas. Esses grupos vivem em harmonia com a floresta há séculos (no caso dos indígenas, há milênios), desenvolvendo um profundo conhecimento de seus ecossistemas e formas sustentáveis de usar seus recursos. Seu papel como guardiões da Amazônia não pode ser exagerado. Eles não são apenas protetores da biodiversidade, mas também repositórios vivos de sabedoria que podem orientar os esforços globais em direção à sustentabilidade. No entanto, suas vozes são frequentemente marginalizadas e seus direitos são frequentemente violados em nome do “progresso”. Este livro destaca suas lutas, resiliência e contribuições indispensáveis para a preservação da Amazônia.

Ao mesmo tempo, a Amazônia é uma terra de imenso potencial. Não é apenas uma floresta a ser preservada isoladamente, mas uma região que pode oferecer oportunidades econômicas sustentáveis se abordada com respeito e inovação. Das iniciativas de bioeconomia ao ecoturismo e à valorização dos saberes tradicionais, existem caminhos para o desenvolvimento que não vêm às custas da floresta. Este livro explora essas possibilidades, enquadrando a Amazônia como um lugar onde o progresso econômico e a gestão ambiental podem coexistir.

Esta é uma jornada de conhecimento – um chamado para ver a Amazônia não como uma terra distante e mítica, mas como uma parte vital de nosso planeta compartilhado. É um convite para entender suas complexidades, enfrentar seus desafios e reconhecer a interconexão de seu destino com o nosso. A Amazônia não é apenas uma floresta; é um espelho que reflete nossa relação com a natureza e uns com os outros. A forma como escolhemos nos envolver com ele moldará não apenas seu futuro, mas também o futuro da humanidade.

Ao virar estas páginas, espero que você se junte ao autor nesta jornada – uma jornada que começa com a compreensão e termina com a ação. A Amazônia não é apenas um lugar; é uma responsabilidade da qual todos devemos compartilhar.

Nilson Gabas, Jr., Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi

Prólogo

Quando tinha aí uns seis anos, mudei-me com a minha família para a casa dos meus avós paternos na pequena vila do interior Norte de Portugal onde nasci, Alijó. Num dos armários cavados na pedra grossa da sala de jantar descobri um amigo que me acompanharia ao longo de muitos anos: um velho Atlas que fizera parte dos compêndios de estudo de uma das minhas tias. Era um livro velho, puído e meio deslaçado pelo uso, que representava a Europa e o Mundo no período de entre as guerras. Nas suas páginas, apontava lugares com o dedo indicador, recortava cordilheiras, situava cidades e florestas, marcava fronteiras, rios e mares que me desafiavam a imaginação e me convidavam a viajar pelo desconhecido sem sair da vila, que, nesse tempo, os buracos das estradas e a distância dos comboios mantinham num discreto isolamento.

Foi aí que descobri a Amazónia, num mapa da América do Sul que me obrigava a inverter o livro para poder ler o plano de duas páginas que ocupava. A cada passo, percorria a mancha verde rasgada por linhas azuis dos rios ou dos seus afluentes, parava em localidades com nomes estranhos e ficava intrigado com a ausência de estradas ou linhas ferroviárias que as pudessem ligar a outros destinos. Viajava, claro está, pelos outros continentes, aprendia as capitais da Europa, conhecia Angola, onde o meu pai tinha trabalhado na juventude num cafezal e mais tarde cumprira o serviço militar na Guerra Colonial, gostava de me perder na Sibéria ou na

Patagónia, mas acabava sempre por regressar à Amazónia. Aquela mancha verde criava uma sensação de mistério. E o mistério, bem se sabe, é ingrediente do desejo.

Conhecer a Amazónia tornou-se então um daqueles objetivos de vida que acabamos por depositar no baú dos sonhos, à espera do momento ideal para se cumprirem. Na minha profissão de jornalista, tive a oportunidade de conhecer Belém e o seu entorno, de viajar numa campanha presidencial de São Luís a Parauapebas, de passar uma semana no Acre num encontro de jornalistas, que me permitiu sentir a opressão e o fascínio da selva, experimentar *ayuhasca*, perceber a destruição da floresta em curso e saber das façanhas dos que, como Chico Mendes, lutavam por um outro modelo de desenvolvimento. Mas saltar de ponto em ponto, ou estar num ponto durante uns dias, não bastava para saciar a curiosidade.

No final de 2023, tinha acabado cinco anos de funções como diretor do *PÚBLICO* e tive finalmente condições para realizar esse velho sonho. Durante anos, lera a bibliografia essencial da região e conhecia os traços que identificavam a sua História ou a sua fisionomia natural e humana. Sabia que, nos dias de hoje, a Amazónia está num momento crucial de transformação. Sabia que os madeireiros, a soja ou o garimpo ilegal estavam a devastá-la a um ritmo feroz. Sabia que a crise climática a tinha colocado na linha da frente do combate mundial para a defesa do planeta. Chegara a hora de cruzar os lugares do passado e do presente, tentar projetar um todo pela soma das partes e perceber e sentir o que é a Amazónia de agora.

Como deve acontecer com todos os que se decidem experimentar o prazer da viagem, parti com os sentimentos divididos entre receios, expectativas e esperanças. Receios de doenças (a velha paranoia dos europeus nos trópicos), expectativas de poder viver as sensações da liberdade dos grandes espaços, esperanças de sentir a beleza das águas puras, da floresta verde, das cascatas frondosas rodeadas de flores e habitadas por pássaros de plumagem exuberante, ou de conhecer povos nativos num estado de felicidade

original. Esperava um regresso a uma ordem natural pristina e bela, um Éden guardado pela distância, para daí seguir até à fronteira da natureza maculada pelos erros da humanidade, que se espelham nas tragédias dos jornais vezes sem conta.

A Amazónia não é esse postal ilustrado feito de beleza e exaltação. Talvez nunca tenha sido isso, e hoje ainda menos. Quem viajar por dias de barco ou de autocarro nas poucas estradas que cruzam o coração da floresta não pode esperar a exaltação contínua. Experimenta com mais facilidade a repetição. “O observador errante que lhe percorre a bacia em busca de variados aspetos, sente, ao cabo de centenas de milhas, a impressão de circular num itinerário fechado, onde se deparam as mesmas praias ou barreiras ou ilhas, e as mesmas florestas e igapós [a vegetação submersa] estirando-se a perder de vista”, advertiu Euclides da Cunha¹. Só quando se passa essa barreira e se entra na floresta é que se pode sentir a carga espiritual que se capta no lusco-fusco das grandes catedrais da Idade Média. A penumbra convida ao recolhimento, o calor húmido sugere calma e meditação, o vigor das plantas recomenda respeito.

Fica assim desfeita a ilusão: a Amazónia está longe de ser o lugar belo onde podemos fazer turismo para nos reconciliarmos com a natureza, a menos que uma experiência num *eco resort* de luxo nos engane e satisfaça. Benigno Cortizo Bouzas, um galego que saiu de Vigo em abril de 1908 em busca da sorte no rio Madeira, deixou-nos um aviso sobre a diferença entre a realidade e a invenção do marketing. “A ideia que eu fazia do rio Amazonas, como um dos maiores do mundo, era a de que ele seria maravilhoso, pois o que eu conhecia do rio era ele precipitando-se por cachoeiras, com arvoredos floridos e relva nas margens, mas agora era coisa diferente: a floresta era espessa e rente às margens; nem só uma flor e, em lugar da relva, lodo e mais lodo. Enfim, uma paisagem violentamente triste.”² Quase um século depois, o seu compatriota Javier Reverte viajou pelo “rio da desolação” e, uma vez mais, desfez os mitos: “A imagem do índio pescando em ribeiras idílicas de um rio incontaminado, possuidor de uma sabedoria antiga,

orgulhoso da sua própria língua e das suas traduções intocadas, pertence ao passado.”³

Cai-se então no gigantismo de uma floresta onde se calcula existirem 390 bilhões de árvores espalhadas por um território que se equipara ao da União Europeia (só no Brasil). Como nos desertos, a margem para a liberdade na imensidão é escassa. “Escravo, não te queixes das tuas fadigas; preso, não te preocupes com a tua prisão: ignorais a tortura de vagarear soltos num cárcere como a selva, cujas celas verdes têm os rios como fossos?”, perguntava o romancista colombiano José Eustasio Rivera no seu magistral *A Voragem*, que com *A Selva*, de Ferreira de Castro, compõe o dueto dos mais extraordinários retratos ficcionados sobre a Amazônia do tempo da febre da borracha.

Neste excesso da natureza, há muito que se sabe e talvez ainda mais que se desconhece. Sabe-se que a Amazônia foi uma dádiva para a alimentação humana. Michael Heckenberger, antropólogo da Universidade da Florida, contabilizou 83 plantas domesticadas pelos povos indígenas ao longo do tempo, o que supera, por exemplo, o legado da antiga civilização chinesa. O abacaxi, o amendoim, o mamão, a mandioca, a pupunha, o cacau, o guaraná, a macaxeira, o tomate, a pimenta, a baunilha, o maracujá, o abacate e o açaí estão entre as plantas selvagens da floresta que foram submetidas a um lento processo de manipulação, acabando por dar origem a variedades resistentes, mais doces e agricultáveis.

Nenhuma outra região do mundo se lhe compara também no domínio da biodiversidade. Estima-se que na Amazônia existam 16 mil espécies de árvores, e alguns pesquisadores chegam a falar em 30 mil. Na bacia amazônica, há ainda cerca de mil espécies de aves, das quais 283 possuem distribuição restrita ou são raras, e na maior parte dos casos estão entre as mais belas e singulares do planeta; 1300 espécies de peixes, quantidade superior à encontrada em qualquer outra bacia do mundo – no maior sistema fluvial da América do Norte, composto pelo Mississípi e pelo Missouri, há apenas 375 variedades; 21 mil espécies de plantas superiores e 40 mil

espécies vegetais; 427 mamíferos; entre 96 660 e 128 840 espécies de invertebrados; 550 espécies de répteis, 62% das quais são endêmicas; 163 de anfíbios⁴. E depois há ainda o prodígio das borboletas. Milhares de espécies de borboletas, cada qual a mais bonita.

A Amazónia dá uma imagem mentirosa de si. A opulência da natureza sugere poder e uma invencível capacidade de resistência. Mas mais do que poderoso, o bioma é complexo e baseado na interdependência das espécies. O abate de um mogno arrasta consigo outras 27 árvores ligadas por trepadeiras. Nos primórdios do desmatamento sem regras, os madeireiros e os agricultores que lhes seguiam os passos deixavam em pé uma ou outra castanheira do Pará no meio da terra arrasada para as pastagens. Em meia dúzia de anos, as castanheiras morriam e a sua silhueta desolada ficava na paisagem a provar que a Amazónia é uma comunidade de espécies. A famosa *hevea brasiliensis*, à qual os colonos portugueses chamaram seringueira, dá-se mal em plantações industriais na Amazónia – mas prospera na Malásia ou no Sri Lanka. Os solos que se imagina serem ricos por servirem de esteio a uma natureza frondosa, degradam-se e ficam esqueléticos e áridos poucos anos depois de a floresta que amparam ser destruída.

A Amazónia é bem mais do que um paraíso ou um inferno verde. O seu fascínio encontra-se também na crueza da sua História, na epopeia de resistência dos seus povos nativos, na loucura, entre a intrepidez, a façanha e a brutalidade, da colonização dos portugueses e da neocolonização dos brasileiros pós-independência. Está na sua concentração de povos originários que nos confrontam com o que fomos, somos e queremos ser. Ou na extraordinária capacidade de sobrevivência da espécie humana às durezas da selva, às doenças originais ou importadas, às ambições da conquista, da subjugação e, em exemplos tão repetidos, ao genocídio.

Chega-se assim à grande ferida aberta na Amazónia, que ameaça tornar-se incurável: o avanço vertiginoso da desflorestação está a comprometer o seu equilíbrio ecológico. E o desequilíbrio ecológico da Amazónia terá consequências irreparáveis no clima do planeta.

Quando a vaga de colonização do cerrado (a savana do Centro-Oeste do Brasil) e da Amazônia se iniciaram, na viragem dos anos de 1960 para 1970, a floresta original tinha perdido menos de dois por cento da sua área. Em apenas meio século, a predação destruiu 23%. A pressão internacional, acelerada pela imprensa e pela população urbana do Brasil, conseguiu travar o ritmo da destruição por volta de 2002. Mas entre 2019 e 2022, no Governo de Bolsonaro, o desmatamento aumentou 150% em comparação com os quatro anos anteriores. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) calcula que foram arrasados 45 586 km², o equivalente a metade da área de Portugal. Quase três mil campos de futebol por dia, segundo o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Ou 21 árvores por segundo, de acordo com o MapBiomas, uma rede colaborativa de centros de investigação e organizações não governamentais⁵ que mapeia o uso da terra no Brasil.

“A bacia do rio Amazonas é um dos elementos mais críticos do sistema climático da Terra”, esclarece um relatório sufragado pela ONU, e é fácil perceber porquê. Uma viagem de avião de Manaus para Tabatinga, ou a descida de barco do rio de Tabatinga até Manaus dá para perceber a sua dimensão gigantesca, com 6,9 milhões de km², dos quais 3,8 milhões no Brasil. O país tem cinco vezes mais floresta tropical do que o Congo, o segundo país da lista. Se esta imensa massa verde não é, como em tempos se dizia, “o pulmão do mundo”, porque as emissões de carbono e o sequestro da sua massa vegetal se equivalem, o seu funcionamento é crítico para as correntes oceânicas que distribuem a temperatura pelo planeta.

O Amazonas descarrega no mar todos os anos entre 16 e 22% de toda a água doce da Terra e produz pela evapotranspiração uma quantidade equivalente – os “rios aéreos”, que distribuem fertilidade pelo resto do Brasil. Com um caudal cinco vezes maior do que o do Congo e 12 vezes o do Mississípi, em cada 24 horas o Amazonas descarrega no Atlântico tanta água como a que o Tamisa faz passar por Londres num ano, notava a arqueóloga Betty J. Meggers⁶.

Se metade da floresta for dizimada, será libertada para a atmosfera uma quantidade de CO₂ equivalente a 15 anos das atuais emissões, no cálculo dos cientistas Stephen Pacala e Elena Sheviliakova, da Universidade de Princeton, citados no livro de João Moreira Salles, *Arrabalde: Em busca da Amazônia*. Essa emissão arrasaria por completo as metas do IPPC, o Painel Internacional das Nações Unidas para o clima, que aponta para uma subida da temperatura entre 1,5 e 2,5 graus até 2050 se, e só se, o mundo se empenhar no combate às emissões de carbono para a atmosfera. Se o ritmo de destruição do bioma da Amazônia se mantiver como nos últimos 50 anos, as consequências serão devastadoras: a temperatura da Terra pode subir mais 0,25 graus acima da previsão do IPCC e na bacia do próprio Amazonas a temperatura pode aumentar 4,5 graus.

Segundo o climatologista Carlos Nobre, os custos da destruição já se sentem no bioma. “Uma série de estudos computacionais está mostrando que no sul da Amazônia a estação seca está três, quatro semanas mais longa comparando com a de 1980. Isso é muito preocupante porque se a seca dura mais do que quatro meses, é o clima do Cerrado [a savana brasileira]”⁷⁷, diz, citado por Miriam Leitão. Em 2023, o ano desta viagem, e em 2024, as mudanças do clima aceleradas pela desflorestação fizeram-se sentir não como uma profecia, mas como uma dura realidade. O Brasil registou recordes na temperatura média anual. O caudal do rio baixou para níveis preocupantes, impedindo ou dificultando a navegação, que funciona como o sistema cardiovascular da região. As águas do Solimões deixaram de entrar no lago de Tefé, a temperatura subiu e dezenas de botos, os célebres golfinhos do Amazonas, morreram – outros tiveram de ser resgatados.

A Amazônia é a linha da frente onde se trava o principal combate contra as alterações climáticas. Nesse combate, tudo está em aberto. A história natural da destruição, para usar a expressão de W. G. Sebald, da maior floresta do mundo põe em confronto interesses e prioridades difíceis de conciliar. Como pode um país como o Brasil, com as periferias das grandes cidades povoadas por milhões de

pessoas pobres, resistir à tentação de explorar as riquezas da Amazônia? No lago Coari, Javier Reverte falou com um velho agricultor que lhe expôs com toda a crueza o dilema: “Já vê – disse enquanto movia a mão aberta à sua volta –, vivemos na miséria rodeados da maior riqueza: árvores, peixes, dizem que ouro e petróleo... e quase morremos de fome todos os dias. Este é um lugar esquecido do mundo, uma cuspidela no mapa.”

Na linha incerta com que se projeta o futuro, a diversidade humana conta. A Amazônia é um dos lugares do mundo mais habitados por comunidades indígenas. Dados oficiais apontam para uma população estimada em 433 mil habitantes distribuídos por 220 povos, segundo a World Wildlife Fund. John Hemmings, o grande historiador da Amazônia, calcula que fossem uns cinco milhões quando as armadas de Pedro Álvares Cabral aportaram nas costas de Vera Cruz. Mas se a comparação entre a população atual e a original é suficiente para se perceber a escala do genocídio cometido contra os povos originais, permite-nos também perceber que o processo de extinção foi suspenso. No princípio do século XX, sobreviveriam em todo o Brasil não mais do que 100 mil indígenas. O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro escreveu a propósito que “os indígenas são especialistas em fim do mundo, já que o mundo deles acabou em 1500”⁸.

Muitos, a grande maioria, vivem em comunidades tradicionais, que são alvo do apoio do Estado que lhes delimitou os territórios, ou nas grandes cidades. Preservam as suas línguas e culturas, mas a cada geração vão sofrendo o contágio da aculturação. Tanto usam o urucu nas suas festas rituais como vestem camisolas dos clubes de futebol Flamengo ou Vasco da Gama. A Internet e as redes sociais aceleraram o seu processo de integração. Mas continua a haver povos que recusam qualquer contacto com o mundo contemporâneo. São, regra geral, sobreviventes dos êxodos dos séculos da colonização, quando a escravatura ou a morte generalizada pelas epidemias dos brancos (a gripe, o sarampo ou a varíola, para as quais não tinham defesas naturais) os levaram para os lugares

mais recônditos da floresta. Em 2017, de acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), havia 109 grupos de indígenas nesta condição. A FUNAI tenta a todo o custo proteger estas comunidades de contactos com o exterior. Uma missão quase impossível, como se pode constatar no vale do Javari.

Com um modelo de desenvolvimento baseado no extrativismo, inaugurado na era colonial, a Amazónia é um reduto de pobreza doloroso e revoltante. Só 62% dos jovens com idade para trabalhar estão ocupados na Amazónia Legal (os nove estados brasileiros abrangidos pela bacia amazónica), dez pontos percentuais a menos do que no resto do Brasil. A taxa de informalidade no trabalho era de 57% no primeiro trimestre de 2022, 15 pontos percentuais acima da média do país. Dos 48 municípios brasileiros com mais baixo padrão de vida, 35 são da Amazónia; dos 30 com os piores índices de desenvolvimento humano do país, 19 são da Amazónia. A pobreza e a exclusão geram um clima social de violência latente que é fácil de constatar, em especial nos centros urbanos. Dez das 30 cidades mais violentas do Brasil são na Amazónia.

A Amazónia está condenada a um eterno equilíbrio precário entre as dinâmicas económicas e sociais que a ameaçam e os esforços de proteção dos que a continuam a ver como o derradeiro ativo para que o Brasil seja uma voz ouvida no mundo. Na relação, tem de entrar a velha oposição entre o centro e a periferia. Ou a metrópole e a colónia. O Brasil é um Estado federal, mas ainda sofre com as contradições que em tempos levaram o economista Edmar Bacha a defini-lo como uma Belíndia – meio Bélgica, meio Índia. A Amazónia seria, nesse caso, a parte mais esquecida e pobre da Índia. Num livro recentemente publicado, a socióloga Violeta Loureiro considera que “os governos centrais e as elites do Centro-Sul jamais reconheceram a Amazónia como parte do seu ‘eu nacional’ interior, considerando-a, desde o passado aos dias atuais, como o ‘outro’, o estrangeiro dentro do seu território”. É “o que se esquece do Brasil. É resto, arrabalde”, sintetiza João Moreira Salles.

Não se pode por isso ler a Amazônia de hoje e os seus flagelos sem se tentar entender o seu maior paradoxo: como pode uma região tão rica em recursos e tão central nos desígnios do futuro ser um “arrabalde” habitado por 28 milhões de pessoas, na sua maioria muito pobres?

Viajar pela Amazônia nunca poderia por isso repetir apenas o salto entre cidades de nomes exóticos de um velho Atlas. Exigia esse esforço de compreensão sobre o que é hoje a floresta e os seus habitantes à luz de uma cultura fortemente condicionada pela memória histórica. Este relato exigiu, por isso, um permanente vai-vém entre o que hoje vemos e percebemos e os alicerces da sua construção económica, ambiental e social. Resulta de um percurso ao longo de nove semanas, que desceu o Solimões, subiu o Rio Negro, cruzou a floresta quase pristina entre Manaus e Humaitá, percorreu os territórios da devastação da Rondônia, o nem sempre admirável novo mundo da soja no Mato Grosso e acabou na devastação dos lugares onde tudo começou: o Pará. Foram ao todo quase 12 mil quilómetros de percurso, mais do que uma viagem entre Lisboa e Vladivostoke, de avião, mas essencialmente de barco, de autocarro e seus sucedâneos: táxis, táxis fluviais, mototáxis.

O relato desta viagem cruza o registo da reportagem jornalística com o ensaio histórico. Toda a História e todas as histórias resultam da observação e leitura da atualidade temperada com a proverbial vocação dos jornalistas para o canibalismo. Ou seja, para captar, refletir e reinterpretar o essencial do que outros autores escreveram sobre os diferentes temas e episódios aqui narrados. Merecem especial destaque as obras do historiador britânico John Hemming. E, como testemunho da excelência do jornalismo do Brasil, os trabalhos sobre diferentes perspetivas da Amazônia assinados por João Moreira Salles, Miriam Leitão ou Rubens Valente. Todas as informações essenciais das suas obras obrigam à sua referência. E impõem um agradecimento.

Antes, durante e depois da jornada, recebi ajuda preciosa e o incentivo de muitas pessoas. Uma menção especial para Daniel Biasetto, do

jornal *O Globo*, Beth Costa, velha companheira do Rio de Janeiro, Kel Wadick e Renata Blini Strasser em Atalaia do Norte, Thiago Arruda em Tabatinga, Wilson Reis em Manaus, Nildo Fontes em São Gabriel da Cachoeira, Júlio Olivar em Vilhena, Rafael Pitta em Sorriso, Luís Munduruku em Itaituba, e, entre outras ajudas inestimáveis, Maria Fernanda Pinheiro, vice-cônsul de Portugal em Belém, e, também em Belém, Nilson Gabas Júnior, diretor do Museu Goeldi.

Ainda com a viagem a decorrer, o meu jornal, o *PÚBLICO*, divulgou dez longas reportagens que de alguma forma sinalizavam o seu avanço no terreno. Tenho de agradecer o empenho da Andreia Sanches, do Sérgio Gomes e do David Pontes, velhos amigos, na sua publicação. Estou naturalmente agradecido à Alexandra, à Maria Manuel e à Francisca pela compreensão e paciência que revelaram nos dias de férias, folgas e fins de semana que a exigência deste trabalho consumiu.

A jornalista Eliane Brum escreve que “a grande batalha deste século” é “a batalha pela Amazónia”, porque a floresta tropical é “hoje a fronteira onde é travado o embate contemporâneo entre as forças da destruição (...) e as forças da resistência”¹⁰. Olhando para a dimensão e a complexidade do combate, regressa-se de lá com o coração apertado. A ferida aberta na Amazónia é autoinfligida e pouco ou nada indica que por lá haja noção da sua perigosidade e ainda menos um sentimento verdadeiro sobre a necessidade de a sarar. A cura implica uma total reversão do modelo de exploração económica. Um Brasil ao contrário. Uma missão difícil, apenas. Nada é impossível nesse extraordinário país.

I. No vale dos indígenas isolados

Um interminável tapete verde, um rio grosso de onde saem braços que se dissolvem lá longe na penumbra, ora mais longilíneos ora mais voluptuosos, em sucessivas curvas e contracurvas interrompidas por pequenos lagos ou pequenas ilhas, num contínuo sem fim. A primeira maravilha dos que visitam a Amazónia acontece no ar. É impossível esquecê-la. Voe-se de qualquer latitude, a experiência é sempre exaltante e prenunciadora de emoções. Como é possível uma floresta com aquela extensão capaz de nos acompanhar durante horas de viagem aérea? O que haverá nos seus recônditos? Já alguém alguma vez terá estado naquele exato ponto a meio daqueles dois rios? Tal como as emoções, a experiência também pode prenunciar perplexidades. Como a que o manauara Márcio Souza sentiu quando, numa viagem para o Acre, um catarinense [de Santa Catarina, no Brasil “branco”] olhou para a grandeza da floresta em baixo e disse: “Que desperdício...”

A mulher que passara a viagem ao meu lado no voo Fortaleza-Manaus a rever *offline* as suas contas no Facebook e no Instagram não resiste ao mistério e, já perto da aterragem, pergunta se estou “a passeio”. Digo que sim e, de imediato, surgem em catadupa as sugestões: o Teatro Amazonas, o encontro das águas do Solimões e do rio Negro, a Alfândega, a Praça de São Sebastião, o porto fluvial, a cidade velha do seu entorno, afinal toda a Amazónia, que é “muito bonita”. A conversa suscita a abertura que o vizinho da fila de trás parecia esperar

depois de ter reparado nos livros sobre a Amazónia que transportava. Calça vincada, sapato engraxado e fino, camisa escura impecável, era o que parecia ser: um executivo em viagem de negócios sem nada para recomendar além do proverbial “tenha cuidado”.

“Tenha cuidado.” Numa primeira impressão, a cautela que a Amazónia requer a um europeu mede-se na quantidade de medicamentos que o acompanham – em especial contra a malária. Uma floresta assim tão desmesurada só pode ser berço de ameaças. Não era esse aviso que o executivo tinha em mente. Os perigos a que aludia existiam nas ruas da capital do estado do Amazonas. Bastou um primeiro contacto para que o receio se dissipasse e os mosquitos recuperassem o seu lugar na hierarquia dos perigos. Manaus pareceu à primeira vista uma cidade mais organizada, menos ameaçadora e menos caótica, e suja, do que a generalidade das grandes cidades do Brasil.

É no porto principal que a cidade mostra melhor a sua vocação. Manaus é o coração de uma gigantesca rede de hidrovias que liga as cidades amazónicas. Dos seus cais partem barcos de vários tamanhos e feitios para a Rondônia, a 1240 km, para Tabatinga, a 1400, para São Gabriel da Cachoeira, a 1000, para Belém do Pará, a 1650. O mercado que cerca a zona portuária é por isso o *free shop* que alimenta as necessidades dessas viagens em que o tempo, o conforto ou a previsibilidade dos horários não passam de detalhes sem valor algum. Vende-se tudo: redes para dormir nos barcos, mosquiteiros, colunas de som, bolachas, bebidas, casacos, malas, cabos de ligação, baterias de todos os gostos e feitios, telefones novos ou usados, cadeados, frutas ou pães resistentes a dias de calor abrasador e húmido.

Haveria de a conhecer melhor. Por agora, Manaus era apenas um ponto de passagem. Vito serviu-se dos seus quase dois metros de altura para detetar essa necessidade que lhe oferecia uma oportunidade de negócio entre a multidão. Faz parte de uma cooperativa que organiza viagens para turistas e, pela roupa, pelos chapéus, ou pela fisionomia com ausência de traços indígenas, negros ou caboclos (de *caa boc* – o que vem do mato, ou de *cari-boka*, filho

de homem branco com índia), é fácil identificar potenciais clientes. Não havendo interesse em viagens organizadas para ver a junção dos rios ou qualquer outro *flash* sintético da Amazônia, Vito rapidamente responde a outras necessidades. “Uma viagem de barco de Tabatinga para Manaus? Por aqui.” Lá percorremos um gigantesco pronto a vestir, até chegarmos a um pequeno *guichet* onde um rapaz, que exibia um ar de tédio condizente com o espaço fechado e sem luz natural se encolhia, tratou de despachar o bilhete.

Primeiro, havia de chegar a Tabatinga num voo da Azul quase cheio de militares, funcionários ou negociantes. Ana, a jovem que viajou ao meu lado, fora comprar roupa. Outros, tratar de papéis à capital do estado do Amazonas. Outros, ainda, funcionários, regressavam com o ar de quem regressa ao desterro. Tabatinga é longe, como tudo na Amazônia. Vai-se para lá por obrigação, dever ou pela geografia. Afinal, a cidade é e foi o princípio de todas as viagens na Amazônia. Dali tanto se chega a Belém como a Iquitos, no Peru. O princípio ou o fim do mundo entalado entre o Brasil, a Colômbia e o Peru. Não há origens nem destinos sem carga mitológica e Tabatinga transborda de mitologia.

Os aeroportos das cidades pequenas são como as cidades pequenas: todos iguais, até na mania que têm de que são diferentes, como escreveu John Steinbeck no seu delicioso *Pastagens do Céu*. O barracão do aeroporto de Tabatinga é assim, empenhado em ser amazônico à custa de uns pássaros pintados com cores garriadas dispersos pelas paredes algures entre salões normais, bancos normais, zonas de *check-in* normais e tudo o resto normal. Para uma pista que recebe escassos voos por semana, parece excessivo, mas há uma glória que a ostentação tenta preservar: naquele fim do mundo da fronteira tríplice, com o Brasil e a Colômbia unidos por duas cidades (Tabatinga e Letícia) e o Peru exibindo-se do outro lado do Solimões, o aeroporto torna-se um lugar simbólico contra a distância. Uma possibilidade.

Tabatinga é um lugar de fronteira e isso nota-se nas primeiras impressões. Nos extensos aquartelamentos do “batalhão da selva”

do exército brasileiro, nas enormes instalações da marinha, nos barcos de guerra voltados para nascente no coração do rio. E principalmente na sedutora, embora áspera, comunhão das duas cidades, Tabatinga e, do lado colombiano, Letícia, que se ligam naturalmente sem qualquer barreira a separá-las. A Avenida da Amizade começa no Brasil e segue pela Colômbia, ou vice-versa, sem que se perceba bem onde começa um país e acaba o outro, a menos que se esteja atento a um arco que atravessa a rua num esforço inglório de tentar uma demarcação.

A avenida, sente-se depressa, é mais das motos do que da amizade, ainda que Letícia tente provar a aliança com um enorme cartaz nos seus primeiros metros dizendo-se *ciudad hermana* de Tabatinga. Há mototáxis que circulam livremente entre as duas, embora cobrando uma taxa de cinco reais sempre que se cruza a linha imaginária da fronteira. Há jovens apressados, crianças com farda escolar, casais na algazarra das motas, por vezes acompanhados com os filhos, a desafiar as leis da gravidade e da prudência. Falar com o vizinho da mota ao lado é tão normal na estrada como duas pessoas no passeio – se é que faz sentido falar em passeios naquela avenida. Como num enxame, cada moto parece dispor de um código genético que situa o seu lugar na confusão, mesmo quando é necessário vencer um cruzamento ou fazer inversão de marcha. Basta um leve trejeito corporal, um olhar, ou quase sempre uma buzina para que a ordem triunfe no caos. Como nas grandes metrópoles do Vietname, as motas são as donas e senhoras da cidade.

À margem do seu rugir, ao lado das constantes apitadelas que criam o ruído de fundo do bulício da avenida, Letícia e Tabatinga criaram um híbrido, ainda para mais temperado com o poder da cozinha peruana – o ceviche é universal e, por estranho que pareça, mais barato do que a carne, até de frango. Se do lado colombiano se ouve o *funk* das favelas cariocas nos bares abertos para a rua, no Brasil escutam-se com o mesmo nível de decibéis os *vallenatos* da costa do Caribe. Pagar com pesos colombianos ou com reais

brasileiros é indiferente, ainda que a taxa de câmbio aplicada de um e outro lado seja sempre um mistério. No Brasil pergunta-se em português e responde-se em castelhano e na Colômbia acontece o contrário. Numa cidade de fronteira sem fronteira alguma, Letícia e Tabatinga criaram um ente difícil de catalogar.

Há, no entanto, sinais de fronteira que são comuns a todos os lugares de fronteira. A começar pela violência. Tabatinga é uma das cidades mais violentas do segundo estado mais violento do Brasil – a Amazônia. Na semana de 21 de junho de 2023, registaram-se três assassinatos, entre os quais uma menina que apresentava sinais horrendos de tortura – tiraram-lhe os olhos. Nos primeiros quatro meses de 2023, 18 pessoas foram vítimas de morte violenta. Em julho desse ano, o prefeito foi a Brasília pedir “socorro federal” para tentar travar o domínio dos narcotraficantes na cidade. A história fica incompleta sem se contar a morte do indigenista da FUNAI Maxciel Pereira dos Santos, em 2019. Maxciel tornara-se um incômodo para os caçadores ou pescadores ilegais, os grileiros (pessoas que ocupam terras à margem da lei) e os madeireiros que operavam no Vale do Javari, ali perto. Duas balas disparadas às seis e meia da tarde, em frente à mulher e à enteada, puseram fim à sua ousadia. A tentativa de se falar sobre estes e outros crimes com o delegado da Polícia Federal de Tabatinga obteve como resposta um silêncio agressivo.

O mesmo espírito de fronteira persiste em tudo ou quase tudo que se pergunta, se faz, se pede, se quer. Um estrangeiro numa terra sem lei é uma perturbação da ordem. Há que o punir pela insolência, quanto mais não seja pela desconsideração. Ali, o Brasil da simpatia, do sorriso franco, do prazer em comunicar, em acolher, em ajudar escasseia. É assim nas ruas, nos restaurantes, no hotel. As feições mudam quando um gringo aparece.

Numa manhã junto ao porto fluvial, um rapaz de uma mototáxi avisa-me que deixara cair um cartão de crédito e que um colega, cujo paradeiro ele conhecia, o tinha apanhado. O cartão não estava de facto no bolso, mas aceitar viajar na moto com ele em busca do suposto

colega era demasiado ousado. Mencionei a polícia, mas nem pensar, o suposto colega negaria tudo e teria até prevenido essa possibilidade escondendo a prova do delito. Falei numa negociação e, aí sim, o caso resolveu-se. Depois de ter garantido que pagaria apenas o que existia no saldo do cartão e não os 500 reais definidos como preço mínimo, o negócio acabou nos 210 (o saldo do cartão, a bem dizer, era apenas um pouco maior). Faltava a parte final da encenação: uma viagem na moto até uma rua onde havia uma abertura entre casas. O mototaxista parou, mandou-me ficar junto à mota por ser perigoso ir com ele, e regressou três minutos depois com o cartão. Que, obviamente, jamais tinha saído do seu bolso.

A cidade está impregnada dessa sensação de insegurança, mas tenta disfarçá-la com o excesso e a volúpia. Numa extensão de poucos quilómetros, sucedem-se dezenas de bares, discotecas, danceterias, boates e afins que abrem portas ao crepúsculo. A prostituição funciona como um pêndulo entre as ruas e as salas obscuras agitadas pelos *flashes* de luzes coloridas e pelos *strobs*. Quando as motoretas começam a recolher, as ruas enchem-se dos sons ora graves e sincopados ora lânguidos que saem das pistas de dança. Letícia e Tabatinga tornam-se então num ensaio da última oportunidade para o prazer antes do fim do mundo. Num raio de centenas de quilómetros, a floresta densa impõe-se e as duas cidades empenham-se em conceder luz a quem de lá chega ou para lá parte. A ardência das danças nordestinas ou caribenhas, coreografadas com corpos suados pelo calor e a intimidade, está para lá da Amizade que a avenida reclama, mas isso são detalhes.

Como tantos outros lugares da Amazônia, Tabatinga tenta deixar de ser o fim do mundo. Com a globalização, tornou-se até mundo, de alguma forma. A Internet funciona mal, mas a zona franca de Letícia é um paraíso para os acumuladores de tecnologia. Se do lado brasileiro os voos para Manaus escasseiam e são caros, é fácil e barato fazer o mesmo que o antropólogo Thiago Arruda, um paulista que vive há anos na cidade como quadro do Centro de Trabalho do Índio: apanhar um voo para Cartagena das Índias ou Santa Marta,

para ficar perto do mar das Caraíbas. De resto, até por ser a capital da Amazônia colombiana, Letícia tem outros encantos que faltam à sua *hermana* brasileira. Tem lojas vistosas ou um museu etnográfico com uma biblioteca de primeiro mundo.

Há na origem das duas cidades uma explicação para essas diferenças. Tabatinga é um posto militar de fronteira fundado em 1766 sobre um forte que em tempos media 13 metros de altura. Já Letícia é uma criação de peruanos, em 1867, que foi cedida em 1922 à Colômbia num tratado que procurava garantir o seu acesso ao Amazonas navegável e, por extensão, ao Atlântico. Por troca, o Peru recebeu território na selva amazônica que o Equador reclamava, mas o negócio deixou feridas na população original. O Peru, a contragosto, ratificaria o tratado em 1928, mas em 1932 centenas de civis peruanos armados cercaram a cidade. A Colômbia respondeu com o envio de 1500 soldados. A guerra escalou e o porto da cidade foi bombardeado. A Liga das Nações negociou um cessar-fogo a 23 de maio de 1933 e enviou uma força de interposição. Cândido Rondon, brasileiro, que será companhia frequente desta viagem, foi enviado para mediar o conflito. Se Tabatinga é desde sempre brasileira, Letícia é território recente da Colômbia. O nível de investimentos do Estado colombiano ou a qualidade da sua infraestrutura pública é uma forma de conservar a cidade nessa situação para sempre.

No porto fluvial, a 3100 km da foz do Amazonas e a 65 metros apenas acima do nível do mar, nos seus cais onde canoas carregam e descarregam frutas, peixes, garrafas de gás, mandioca ou gelo, onde os grandes barcos de e para Manaus trasfegam equipamentos e pessoas, onde se podem apanhar táxis fluviais para Benjamim Constant ou para o Peru, há uma ligeira brecha para a ternura. O mundo dos ribeirinhos brasileiros, peruanos ou colombianos, ancestral e ancestralmente focado na luta contra a miséria, expõe-se ali com uma resistência comovedora. Homens e mulheres que carregam fardos barranco acima sob o calor inclemente. Homens que remam em luta contra as ondas dos motores, num milagroso equilíbrio entre eles, as canoas e as cargas.

Dona Safira assiste a toda esta faina fluvial desde que nasceu. Agora, fá-lo debaixo do barraco de quatro paus espetados na lama solidificada do verão que amparam umas placas de zinco ondulado e ferrugento, debaixo das quais vende alguma fruta, macaxeira cozida, sucos já prontos e água em sacos de plástico. Quando chegar a época das chuvas, lá para outubro, o Solimões vai galgar as margens e Dona Safira terá de abandonar o seu estabelecimento para voltar a ser vendedora ambulante. Para ela, como para os outros ribeirinhos, a mudança faz parte da ordem natural do Universo. Como no Nilo, as cheias trazem coisas boas, quanto mais não seja ao evitarem os mais de 50 metros de encosta de terra irregular que os carregadores têm de vencer até ao cimo do barranco.

Na forma de vida oscilante causada pelas chuvas torrenciais do Amazonas, há quem se arrogue a procurar estabilidade no movimento pendular e perpétuo das águas. Em Tabatinga, os que habitam ou os que trabalham nos “flutuantes” representam uma espécie de manifesto do milenar sedentarismo humano contra os humores do rio. As suas casas, ou armazéns, ou lojas, são na aparência exterior iguais a tantas casas, armazéns ou lojas em terra firme. Com a exceção de flutuarem. Em vez de alicerces, têm boias. Se a meio da encosta da área inundável há palafitas, nos “flutuantes” as escoras na terra firme foram trocadas por âncoras. Algumas dessas casas ficam eternamente junto às margens.

Em setembro, o rio corre no fundo. Tão fundo que Romeu da Silva, morador em Tabatinga, olha para o leito do ponto mais alto do barranco da cidade e deixa no ar uma profecia aterradora: “Qualquer dia não há água.” Mas, apesar da seca severa, o rio dispõe ainda de força suficiente para expor a sua desmesura e vigor. Aos olhos de um europeu, não deixa de ser largo, imenso, majestoso.

Durante décadas, naturalistas e geógrafos tentaram determinar ao certo o seu lugar de nascimento. Pode ser num manancial que se forma nas neves do Mismi, a mais de cinco mil metros de altitude, na cordilheira dos Andes, em território do Peru. Daí, o rio vai engrossando com as escorrências dos Andes ou das selvas do

Peru, da Colômbia e do Equador. O Ucayli é o seu rio formador mais longo. Por si só, seria um rio com direito a um capítulo nos atlas dos prodígios naturais. Na sua viagem de 1600 km em direção à Amazónia, recebe as águas do Marañon e depois do Napo. Quando entra no Brasil, o rio passa a chamar-se Solimões.

A história natural da Amazónia começa com a rutura que dividiu a Pangea, o continente original, e deu início à configuração do planeta que hoje conhecemos. Os cientistas datam esse acontecimento original há 100 milhões de anos, mas foi preciso esperar mais 90 milhões de anos para que o Amazonas de hoje de formasse. No início, acredita-se que a sua bacia vertesse para o Oceano Pacífico, mas o movimento das placas tectónicas acabou por criar uma barreira natural que o fez mudar de curso. A pressão causada por esse movimento ergueu os Andes e, num determinado momento do período entre 10 e 4,5 milhões de anos atrás, a poderosa bacia do Amazonas teve de rasgar um caminho novo que o levou numa longa viagem de 6400 km até à foz entre Belém do Pará e o estado do Amapá. Nas escolas do Brasil, ensina-se que é o maior rio do Mundo. Mas a tese é contestada. A *Enciclopédia Britânica* ou o Serviço Geológico dos Estados Unidos consideram que o rio Nilo é 250 km mais extenso.

Se a biodiversidade dessa ordem natural é espantosa, a Amazónia enquanto lugar de humanos sujeitos a condições especiais de sobrevivência não o é menos. Dos humanos que se sujeitam à sociedade normativa e conseguem seguir as novelas da Globo nos lugares mais recônditos através de satélites-recetores, como dos humanos que, cinco séculos depois de Cabral, continuam a recusar qualquer contacto com o que se designa por “civilização”. É, felizmente, impossível chegarmos perto dessas populações que continuam a viver de acordo com as suas rotinas ancestrais e, por ausência de contacto, não desenvolveram imunidade às doenças europeias. Estando em Tabatinga, era irresistível não visitar Atalaia do Norte, na foz do rio Javari, a cidade mais próxima de um Território Indígena protegido pela FUNAI.

Para se chegar lá, parte-se de um flutuante de Tabatinga, da Associação dos Taxistas Fluviais. Uma casa de rio solene, até pelas suas dimensões, de azul brilhante a contrastar com a tonalidade barrenta do Solimões. No seu interior, duas casas de banho, espaço de escritórios, uma bilheteira, bancos corridos para os viajantes em espera e uma televisão aos gritos sintonizada com um estúdio da Globo no Rio de Janeiro, a uns seis mil quilómetros de distância. Uma viagem de barco de ida e volta para Benjamin Constant custa 35 reais (uns seis euros, a câmbio do final de 2024) e dura 45 minutos rio fora. Faltava, no entanto, perceber o resto: os táxis só partem quando ficam cheios. Por volta das sete e meia da manhã daquele dia, não foi preciso esperar muito. Cerca de 20 minutos depois, o “Iate do André II”, uma embarcação vistosa pela oposição entre o verde-alface do habitáculo e o azul-escuro do casco, tinha ordens para partir.

A ideia de visitar o Vale do Javari, um rio de 1100 quilómetros, maior do que o Tejo, que desagua em Benjamin Constant, tornou-se uma obrigação também por causa da atualidade. Em junho de 2022 foi nas suas margens que um grupo de três caboclos, que alegadamente se dedicavam à pesca ilegal, assassinou a sangue-frio o indigenista Bruno Pereira, um militante das causas dos povos originais do vale, e o jornalista britânico do *The Guardian* Don Phillips. O Javari entrou para as páginas dos jornais de todo o mundo envolto numa inexcusável auréola de repulsa pelo crime e pela aura romântica que se apega à biografia dos que sucumbem nas lutas pelas grandes causas humanas.

O palco principal da tragédia situa-se a algumas horas de barco da pequena cidade de Atalaia do Norte, mas foi aqui que se desenrolaram os capítulos seguintes e é aqui que vivem alguns dos seus principais atores. A sede da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari está em Atalaia do Norte, onde fica a unidade da FUNAI que controla, ou tenta controlar, sem meios nem glória, um território semelhante ao de Portugal continental (85 mil km²), onde habitam 6000 indígenas recenseados e um número indeterminado de grupos sem contacto com a dita civilização. O Javari é a área do planeta onde

se concentra o maior número de povos indígenas a viver como viviam antes da chegada de Pedro Álvares Cabral. A única diferença é que, por proximidade com povos mais “aculturados” ou na sequência de conflitos ou de roubos, dispõem de ferramentas de metal que desconheciam em absoluto nos primórdios do século XVI.

Chega-se às primeiras casas de Benjamim Constant depois de se largar a lancha no fundo do rio em época seca e de subir um caminho cavado entre a erva resplandecente. O nome da cidade presta homenagem a um dos grandes intelectuais da República, que nasce após a destituição do imperador Pedro II, em novembro de 1889. Não deixa de ser curioso que o enaltecimento de Constant, um dos maiores impulsionadores do ideário do Positivismo de Auguste Comte, que a República acolheu como ideologia e inscreveu na bandeira nacional (Ordem e Progresso), aconteça assim num lugar tão distante do cosmopolitismo. Mas há uma boa razão para a escolha, que pretendeu apagar as origens infelizes da povoação e, ainda mais, o seu primeiro nome. O povoado primitivo nasceu uns quilómetros acima, em direção à nascente do Javari, e chamava-se Remédio dos Males.

No seu auge, Remédio dos Males era o grande empório da borracha não apenas do Javari, mas também do seu afluente Itacoaí. Algures entre as décadas finais do século XIX e as primeiras do século XX, a borracha era sinónimo de dinheiro, de muito dinheiro. E muito dinheiro numa zona remota da Terra era sinónimo de luxúria e devassidão. “A vida fervilhava de nordestinos, comerciantes e aventureiros, e dispunha de casas de comércio, cinema, bilhares, casas de tavolagem e mulheres públicas. Os juízes e os destacamentos policiais eram frequentemente expulsos da vila por desordeiros pagos a preço de ouro”, escreveu em 1956 Edison Carneiro, um engenheiro que visitou o Javari para fazer o levantamento de recursos e oportunidades para a grande vaga de apoios do Estado que Brasília prometera alocar ao desenvolvimento da Amazónia¹¹.

Com o fim da borracha, veio o fim da festa e a agonia de Remédio dos Males. Na passagem da povoação para o lugar de Santo António, ficaram para trás “apenas algumas casas intervaladas

pelo mato, simples moradas de caboclos como as que se encontram à margem dos rios em toda a região”, escreveu Edison Carneiro. Muitos desses caboclos continuam a morar nesses lugares. São escassas dezenas de famílias que vivem paredes-meias com as águas do Javari, em pequenas palafitas, recolhendo de pequenas roças a fruta e a mandioca e suprindo as necessidades proteicas com a pesca e a caça. No essencial, a sua forma de viver não difere muito da dos indígenas que perambulam para lá da linha imaginária da sua reserva. Não é de admirar que entre as duas comunidades extrativas haja competição e, por vezes, conflito. O brutal assassinato de Bruno Pereira e Don Phillips pode ter acontecido na sequência desse conflito.

Benjamin Constant é uma pequena cidade do Amazonas que, para quem acaba de chegar de Tabatinga, parece o paraíso. As pessoas sorriem. No cais e no caminho sob tábuas que vence o barranco da zona inundável ouvem-se os “bons dias”. O rio corre seco, tão seco que nem todos os barcos conseguem chegar do Solimões com víveres (o que encarece ainda mais a vida local), a pobreza nota-se, apesar da animação comercial na rua central da cidade. Do outro lado de um riacho que, por estes dias, se cruza a pé fica o Peru e toda a carga de problemas que as rotas internacionais de droga colocam. Mas chega-se ao posto de táxis e oferecem-nos café e macaxeira. Querem saber quem somos. Tentam, e conseguem, ser acolhedores.

Para se chegar daí a Atalaia do Norte há ainda que vencer 30 quilómetros de estrada. Ou, mais corretamente, da estrada. Só há uma a ligar Atalaia a Benjamin Constant. “Há muitos anos prometeram que faziam uma até ao Acre [o estado vizinho]. Mas o Ibama [o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente] não deixou”, queixa-se um taxista. Não havendo autocarros regulares, a única hipótese de vencer a distância é o táxi. À maneira da Amazônia, há por isso que esperar que se juntem quatro pessoas para a viagem começar. Depois de 40 minutos de espera, o jovem taxista que estava na fila

das viagens convenceu-se que chegara a hora de partir com os três clientes disponíveis.

A estrada não tem um piso mau para a média da região. Como no lugar da frente do Chevrolet (um Opel Corsa dos antigos) ameaçado de ruína pela humidade e pelo uso ia uma mulher tímida e no banco de trás um homem de meia-idade de ar severo, deu para ver as feridas que as pequenas comunidades humanas causam ao ecossistema. As zonas queimadas eram muitas, as zonas desflorestadas também, mas foram as lixeiras enormes e fumegantes a céu aberto a fazer prova de que a pobreza e a carência de serviços públicos tornam a batalha pela floresta mais difícil. Duas chácaras com belas casas de madeira, extensos relvados naturais, lagos formados pela subida das águas na época das cheias mostravam também como a Amazônia pode ser um dos lugares mais bucólicos, belos e enternecedores do mundo.

Atalaia do Norte é um arraçoado de casas que se distingue à distância pelo tom de ferrugem dos seus telhados de zinco. Não é uma cidade maltratada. Os seus serviços públicos, da saúde à educação, da justiça ao poder local ou à FUNAI confirmam a presença do Estado neste pequeno fim do mundo. Está voltada para a foz do Javari, como quem diz, para o mundo que, na Amazônia, só se acede pelo rio ou pelo ar. Da sua população, apenas 7% tem empregos formais. Sem o estatuto de município, sem os servidores públicos, e talvez ainda mais, sem a enorme reserva indígena que fica a algumas horas rio acima, Atalaia do Norte estaria condenada a ser mais um lugarejo sem nome no mapa.

A sede da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA) é um exemplo maior dessa dependência. Trabalham ali 25 pessoas, desde indígenas Mati e Morubo, a antropólogos da mais alta linhagem, como Orlando Possuelo, a jovens que trocam o mundo digital ou o frenesim das grandes cidades pelos mistérios e maravilhas do mundo antigo, como a historiadora Renata Blini Strasser. Naquela manhã, a energia tinha falhado, mas nas instalações da UNIVAJA as janelas abertas deixavam correr ar suficiente para que a atmosfera

ficasse respirável. Como Bushe Mati, o presidente da União, estava numa missão junto dos Morubo que o reteria durante uma semana na selva, como Orlando Possuelo estava a abrir picadas na fronteira sul da reserva, a uns mil quilómetros de distância, e haveria de regressar “talvez” daí a dois meses, Renata era a responsável pela casa naquele período.

Associações, ONG, representantes da Igreja Católica, evangélicos ou servidores públicos estão em Atalaia para defender os indígenas isolados, assistir os que vivem nas reservas e integrar os que migraram para a cidade. Tanto como protegê-los dos estranhos, há que os proteger uns dos outros. Tarefa exigente: cada povo tem a sua própria cultura e identidade e defende-a sem concessões. Durante décadas, os Korubo destacaram-se no combate às tentativas de penetração dos civilizados no vale. Os colonos descreviam-nos como “caceteiros” e a FUNAI via-os como uma “sociedade em guerra”. “Fortes, de pele morena, estatura média, dentes perfeitos, corte de cabelo meia cuia na frente e atrás somente rebaixado, os Korubo costumavam pintar-se com urucum (um fruto que produz um corante vermelho que se incrusta nos poros da pele humana), adornavam o pénis com palha, voltado para cima, e usavam pulseiras de seda de tucum”, escreve o jornalista Rubens Valente¹².

A sua relação de violência com outras comunidades é antiga. Nos anos de 1920, de acordo com depoimentos obtidos pelo antropólogo Júlio Melati, os Korubo queixaram-se de um roubo de frutas na sua aldeia cometido pela família de um comerciante, Óscar Gomes. No conflito que se seguiu, o comerciante matou mais de 40 Korubo. Em 1965 são acusados da morte de três fazendeiros. Três anos depois matam e desossam um habitante para assustar a comunidade e raptam uma menina loura. Em 1970 raptam duas meninas de nove anos e matam um seringueiro¹³.

A FUNAI acabaria por instalar em Atalaia do Norte o primeiro “posto de atração”, em 1972, para promover a concórdia, mas os esforços dos indigenistas nem sempre tiveram sucesso. De acordo com a investigação de Rubens Valente sobre a política da ditadura militar

para os povos nativos, o posto foi pela primeira vez atacado nesse ano. Em 1974 um funcionário da agência local foi assassinado. Há depois uma nova tentativa de contacto no final desse ano. Três meses depois, os Korubo vão à cidade negociar, mas um funcionário da FUNAI decidiu largar uma partida de fogo de artifício e os indígenas regressam ao mato, assustados. Em novembro de 1975, uma nova tentativa de contacto causa a morte de um sertanista, assassinado a golpes de lança e de borduna. Os funcionários respondem à bala, matando um número indeterminado de Korubo¹⁴.

Bruno Pereira é uma das muitas vítimas desse extraordinário esforço de décadas para atrair ou proteger os territórios onde os indígenas podem preservar as suas ancestrais formas de vida. Tinha sido o chefe da delegação da FUNAI em Atalaia do Norte, até que um conflito tribal escalou e resultou na morte de dez Morubo às mãos dos Matis. Salomónico, o antropólogo decretou o desarmamento dos Matis, mas a manobra correu mal. Num dia, a tribo dirigiu-se em peso a Atalaia do Norte, invadiu a delegação da FUNAI e expulsou-o. Sem condições para se manter no cargo, Bruno acabaria por ser promovido a chefe da unidade que cuida dos índios isolados na sede da fundação, em Brasília. Nesse papel, liderou uma operação no Javari que destruiu 20 dragas que faziam mineração ilegal, o que no tempo de Jair Bolsonaro tinha um preço: a demissão.

Regressaria a Atalaia do Norte em breve, agora com a missão de criar Equipas de Vigilância da UNIVAJA, as EVU. As notícias cada vez mais repetidas de invasão do território indígena do Javari tinham provado que os cinco postos de observação da FUNAI não cumpriam o seu papel. Fosse por lhes ser acometida a missão impossível de controlar uma área gigantesca, fosse em consequência da asfixia financeira e funcional do governo de Jair Bolsonaro, fosse por falta de vontade, a reserva estava exposta ao perigo da intrusão e da exploração por delinquentes. Para os arautos do bolsonarismo, a ideia de Bruno Pereira criava o perigo de uma “guerrilha” ou de uma “milícia” indígena que afrontava a soberania nacional. Para

as comunidades nativas, era uma promessa de que os seus direitos seriam protegidos.

Kel Wadick vive em Atalaia do Norte. É um homem extraordinário pelo seu sorriso, pela placidez da sua pose e da sua voz, e ainda pela forma como conseguiu extrair tanta humanidade da sua vida tormentosa. O seu bisavô foi seringalista nos tempos de Remédio dos Males, mas Kel não é capaz de traçar a sua origem – “como o nome é um pouco inglês, talvez tenha vindo da Guiana inglesa”, arrisca. O seu pai, funcionário da FUNAI, foi brutalmente assassinado por um grupo Morubo em 1982, numa represália por um ato no qual não tinha participado. Kel passou parte da sua vida a tentar entender as causas da sua morte. Acabou por perceber que os indígenas de há 40 anos (e certamente os de hoje) transportavam consigo um historial de violência, perseguição e extermínio que, se não basta para justificá-lo, ajuda ao menos a compreender as suas causas. Em 1989, aceitou representar a Pastoral Indigenista do Alto Solimões. Hoje pertence ao CIMI, o Conselho Indigenista Missionário, um organismo vinculado ao Conselho dos Bispos do Brasil que atua há meio século em favor dos indígenas.

Com esta formação, Kel só podia ter dificuldades para perceber a natureza e a missão das EVU. Afinal, a sua missão de vigilância faz-se contra o quê ou contra quem? Proteger o território do Javari de predadores associados ao narcotráfico que financiam dragas de grandes dimensões que poluem os rios, escavando o fundo e recorrendo ao mercúrio para minerar ouro, faz todo o sentido. Mas, o que acontece quando os peixes ou a caça são disputados pelas comunidades ribeirinhas que vivem paredes-meias com a reserva?

À luz da lei que define o Estatuto dos Indígenas e dos seus territórios, “é vedada a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutos, assim como de atividade agropecuária ou extrativa”. Pelo contrário, não existe proteção legal a qualquer forma de subsistência dos caboclos. Kel fala, por isso, em tolerância. Se não defende invasões ou a caça ilegal nas áreas reservadas, reclama ao menos que se olhe

para os caboclos com compreensão, humanidade e justiça. Nas entrelinhas dos discursos e das políticas públicas, essa justiça está prometida. A realidade é diferente. A vida dos ribeirinhos é uma cruz de pobreza extrema que parece não preocupar ninguém. Ao conhecê-la na sua viagem pela Amazônia, há 20 anos, o escritor espanhol Javier Reverte conseguiu perceber “uma vez mais o que significa a pobreza: a vida sem saídas e organizada apenas para resistir, o vazio de esperança, a ameaça permanente da fome, da doença e da morte”¹⁵.

Os caboclos são um capítulo marcante, mas acessório, nos relatos oficiais do drama humano da Amazônia. São, juntamente com as populações originárias, os subprodutos da violência e da desumanidade dos conquistadores e das elites que lhes sucederam no poder. Para os portugueses, os resultados do “amor nas redes”, para usar a condescendente expressão do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, foram fundamentais para que “um povaréu de um milhão de habitantes” no início do século XVI pudesse ocupar, dominar e explorar a vastidão do território brasileiro. Nesse movimento, acabou por se sedimentar uma boa parte da natureza da Amazônia e do Brasil. Os “portugueses à solta”, a feliz expressão com que o filósofo Agostinho da Silva definia os brasileiros, espalharam-se pelos sertões e pela floresta e criaram o esqueleto do que viria a ser o Brasil.

Duzentos anos depois de Pedro Álvares Cabral ter arribado às costas da Bahia, a maioria da população do Brasil era já, na sua maioria, resultado dos cruzamentos raciais, de acordo com Darcy Ribeiro, no seu indispensável livro *O Povo Brasileiro*, e essa maioria estava condenada a tornar-se um subproduto da sociedade colonial – e, mais tarde, da sociedade brasileira. Na escala social, estavam acima dos negros e dos nativos. Não podiam ser escravizados. Mas, salvo raras exceções, ficaram igualmente fora do mundo de direitos ou privilégios que a sociedade colonial reservava para si mesma, geralmente pela força.

Década após década, essas comunidades passaram ao lado da História, resistindo e sobrevivendo, sem provocar grandes emoções aos progressistas de esquerda ou à Igreja, sem motivar uma palavra à ditadura ou à democracia – nos últimos anos, começou-se a encarar de outra forma os caboclos ou as comunidades quilombolas, habitadas por negros. Em 1956, Edison Carneiro, o engenheiro, indignava-se com a forma como a sociedade elegante da Amazônia os tratava: “o nosso caboclo”, “esta gente”, “eles”, atribuindo-lhes “todas as desgraças”. Indignava-o, ainda mais, a sua situação: “Muito caboclo da Amazônia nada faz além de vegetar à espera de algum biscate propício que lhe dê dinheiro para umas calças de brim grosso, espoleta e chumbo para a espingarda, sal, tabaco para o cigarro ou o cachimbo, um machado e uma garrafa de pinga.”¹⁶

No presente, vivem como sempre viveram. “Em nenhuma outra região brasileira a população enfrenta tão duras condições de miséria quanto os núcleos caboclos dispersos pela floresta devotados ao extrativismo vegetal e, agora, também ao extrativismo do ouro e do estanho”, escreveu Darcy Ribeiro, em 1980. Para muitos, a alternativa, a única alternativa, era emigrar. Ainda Darcy Ribeiro: “Mais de metade da população original de caboclos da Amazônia já foi desalojada de seus assentos, jogada nas cidades de Belém e Manaus”. É discutível que as suas condições de vida tenham melhorado nos bairros periféricos e socialmente deslaçados. O que não é questionável é o custo que essa migração traz para a Amazônia, o Brasil e o mundo: “Perde-se, assim, toda a sabedoria adaptativa milenar que essa população havia aprendido dos índios para viver na floresta”¹⁷, continua Darcy Ribeiro.

Amarildo da Costa de Oliveira, o seu irmão Oseney da Costa de Oliveira e Jefferson da Silva Lima são três desses ribeirinhos que vivem em pequenas comunidades a duas ou três horas de lancha de Atalaia do Norte. Foram acusados da morte de Bruno Pereira e Don Phillips. Depois de o antropólogo pôr em marcha as Equipes de Vigilância da UNIVAJA, acrescentando 80 homens, na sua maioria indígenas, às cinco bases etnoambientais da FUNAI que

protegem o vale do Javari, a sobrevivência dos três homens, bem como de todos os ribeirinhos, ficou mais difícil. As suas pescarias na zona de proteção dos territórios indígenas tornaram-se um risco demasiado pesado – se detetados, ficavam sem o produto da pesca e sem a lancha que os transportava. Se, até então, a vastidão do vale tornava inofensivas as missões de vigilância da FUNAI, com as EVU as suas operações clandestinas tornaram-se um perigo real.

Bruno Pereira tornara-se assim o rosto de um travão a uma ancestral forma de subsistência. Num momento anterior em que se cruzara com este, Amarildo ergueu a sua pistola, numa clara ameaça ao antropólogo. No dia 5 de junho, a ameaça concretizou-se. Na madrugada desse dia, Bruno e Don saíram das imediações do lago Jaburu, nas margens do Itaí, um afluente do Javari, onde o jornalista tinha estado a entrevistar lideranças indígenas para o seu livro *Como Salvar a Amazónia*. Por volta das seis da manhã, estavam na pequena comunidade de São Gabriel, onde Bruno procurou, em vão, um morador. Como é hábito, Bruno Pereira, de 41 anos, avisara via rádio a sede da UNIVAJA que saíra do lago Jaburu ao amanhecer. Seguiram viagem rio abaixo, em direção a Atalaia do Norte, para uma viagem de cerca de 70 quilómetros que deveria demorar duas horas. Pouco abaixo de São Rafael foram vistos pela última vez.

Orlando Possuelo, agrónomo e indigenista, esperava na sua casa em Atalaia do Norte o regresso do companheiro. Para um forasteiro, as curvas do rio delimitadas pelas raízes e ramos dos mangais, a espessura da floresta, os perigos ou a solidão que se sentem nesses lugares distantes, são tanto motivo de assombro como de medo. Para Bruno Pereira, o território indígena do Javari não tinha segredos. Há anos que fazia por lá expedições. Ainda assim, a espera do amigo Orlando Possuelo e da sua mulher, Ticianne Freitas, foi em vão. Bruno e Don não voltariam. Por volta das nove da manhã, Orlando e Ticianne começaram a ficar preocupados, mas pensaram “que poderia ter havido uma avaria na lancha que os

tinha obrigado a navegar na ‘bubuia’ [a corrente]”, recorda Ticianne. Horas mais tarde, Orlando decide ir em busca do amigo.

No final do dia, o alerta do desaparecimento do antropólogo e do jornalista são comunicados às autoridades. Para alguém com a experiência de Bruno Pereira, o atraso era suspeito. Para as autoridades, nem tanto. Era mais uma nota de rodapé na página dos casos do dia. “A Polícia Federal está em Tabatinga (a uma hora de lancha) e demorou quatro dias a aparecer”, recorda Renata Blini Strasser. Quando a polícia chegou, o desaparecimento estava nas capas de jornais de todo o mundo. No Reino Unido, em frente ao parlamento, ou em Brasília, grupos de pessoas manifestavam-se perguntando: “Onde está Don?”; “Onde está Bruno?” Dez dias depois, não se sabia ainda onde estavam o antropólogo e o jornalista. Sabia-se sim que tinham sido assassinados.

Amarildo da Costa Oliveira e o seu irmão acabariam por confessar o crime: Bruno e Don foram baleados, incinerados e os seus restos mortais enterrados na margem do rio. Jefferson nega o seu envolvimento. De imediato, ficou em aberto a possibilidade de envolvimento das redes de narcotráfico, o que ajuda a explicar o ambiente violento de Tabatinga e de Javari, que fontes policiais dizem estar sob o controlo do gangue da Família do Norte. Custa a perceber que interesse pode ter uma organização que, regra geral, movimentava milhões de dólares, na rentabilidade de uma operação de pesca de pirarucu, tambaqui ou tucunaré. A polícia acabaria por prender depois Rubén Dario Silva Villar, um negociante de peixe e de caça. O Ministério Público acusa-o de ser o mandante, tendo até fornecido as armas com que Amarildo e o irmão consumaram o crime.

Dois anos depois, nem tudo está esclarecido neste crime. No mundo subterrâneo da ilegalidade que vai crescendo na Amazônia é difícil constatar a fluidez de esquemas de cumplicidade e as mentorias das organizações criminosas. Observadores no local notam que, tanto como o dinheiro, o que pode estar em causa é a instituição de redes de dependência. Os narcotraficantes financiam

as operações de pesca ilegal e, repetindo a centenária prática do “aviamento” dos seringueiros, ficam donos do destino dos que não conseguem cumprir as suas obrigações. Subjugam-nos. É o que a jornalista Miriam Leitão descreve como a “cooptação da comunidade pelo ilícito”⁸.

Kel Wadick não descarta essa possibilidade, mas prefere sublinhar as consequências do conflito entre dois interesses inconciliáveis: o dos indígenas que vivem num território protegido por lei e o dos caboclos, gente pobre que luta desesperadamente por uma vida com o mínimo de dignidade sem ter direito a qualquer proteção. A pouca distância do centro de Atalaia do Norte, em casebres de madeira voltados para o rio, podemos vê-los, como em toda a Amazônia, na sua confrangedora pobreza e abandono.